

VIRADA CONSERVADORA NO BRASIL: intolerância e repressão a manifestações culturais¹

CONSERVATIVE TURN IN BRAZIL: intolerance and repression against cultural demonstrations

Fernanda Nalon Sanglard²

Maiara Orlandini³

Bruna Silveira⁴

Resumo: Para além dos indicadores convencionais aplicados na identificação de regressões autoritárias, os movimentos civis e as campanhas alinhadas a pautas conservadoras podem ser um caminho para identificar momentos de virada. Neste trabalho, busca-se traçar uma discussão da virada conservadora no Brasil a partir da investigação dos ciclos de memória cultural e das ondas de intolerância e censura às manifestações artísticas como prenúncios de recessão democrática. A análise tem como foco as conversações online promovidas a partir de três casos, ocorridos em 2017: a performance “DNA de DAN”, de Maikon Kempinski, em Brasília, a performance “La Bête”, de Wagner Schwartz, em São Paulo, e a exposição “Queermuseu: Cartografias da Diferença na Arte Brasileira”, em Porto Alegre. Ao analisar os eventos a partir de hashtags e posts usados no Twitter, o artigo apreende as disputas de repertórios on-line, as mobilizações políticas em rede e as configurações das plataformas.

Palavras-Chave: Conservadorismo; intolerância; ciclo de memória; movimentos civis.

Abstract: In addition to conventional indicators, used to identify the quality of democracy or authoritarian regressions, considering the emergence of civil movements and campaigns aligned with the conservative agenda could be a way to identify the signs of conservative turning points. In this article, we seek to draw a discussion about the conservative turn in Brazil from the investigation of the memory's turn and the waves of intolerance and censure against the artistic manifestations as prenuncios of democratic recession. The analysis focuses on social media conversations on three cases in 2017: Maikon Kempinski's performance "DAN DNA" in Brasília, the "La Bête" performance by Wagner Schwartz in São Paulo, and the exhibition "Queermuseu: Cartografias da Diferença na Arte Brasileira", in Porto Alegre. By analyzing

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Sociedade Civil do VIII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VIII COMPOLÍTICA), realizado na Universidade de Brasília (UnB), de 15 a 17 de maio de 2019. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

² Jornalista, mestre e doutora em comunicação, pesquisadora de pós-doutorado do grupo EME/UFMG, nandanalon@yahoo.com.br.

³ Jornalista, mestre, doutoranda em Comunicação Social e membro do grupo EME/UFMG. Bolsista CAPES/INCT, maiaraorlandini@hotmail.com.

⁴ Jornalista, mestranda em Comunicação Social e membro do grupo EME/UFMG. Bolsista CAPES, bsilveira9@gmail.com.

events from hashtags and Twitter posts, the article seizes online directory contentions, networked political mobilizations, and platform configurations.

Keywords: *Conservatism. Intolerance. Memory's turn. Civil movements.*

1. Introdução

Recentemente, o Brasil tem enfrentado o acirramento da polarização política, acumulando registros de incivilidade e intolerância. A intensificação desse processo é percebida por vários autores (SANTOS, 2014; STROPPA & ROTHENBURG, 2015; PEREIRA, 2016; ROSSINI, 2017), especialmente no que se refere ao uso das plataformas de mídias sociais na internet para a proliferação de discurso de ódio. A partir das manifestações de junho de 2013, da reeleição da presidenta Dilma Rousseff (PT) em 2014 e do seu processo de *impeachment*, concluído em 2016, essa polarização tem ganhado novos contornos. Tal fenômeno esteve mais intenso no processo eleitoral de 2018, cuja disputa presidencial resultou na eleição de Jair Bolsonaro (PSL).

Todavia, é preciso considerar que a virada conservadora - ou o que vem sendo chamado de "*democratic backsliding*" - é um fenômeno mundialmente observado. Larry Diamond (2015) é um dos que considera que, globalmente, houve importantes conquistas democráticas entre 1974 e 2007, com aumento ou estabilização do número de países democráticos, mas identifica, a partir desse período, a interrupção da expansão das liberdades e do aperfeiçoamento do modelo de democracia liberal no mundo. Outros pesquisadores (DRESDEN & HOWARD, 2015; BERMEIO, 2016; TOTH, 2017; LEVITSKY & ZIBLAT, 2018; RUNCIMAN, 2018), sob perspectivas distintas e observando contextos diferentes, também apontam para perdas e riscos democráticos especialmente a partir de 2010.

Refletindo sobre o caso brasileiro, é notável que de 1988 a 2014 o país tenha registrado um ciclo de avanços no processo de justiça de transição⁵, em

⁵ Justiça de transição é um conceito e também uma série de medidas práticas que envolvem as mudanças políticas decorrentes da passagem de um regime de exceção para um modelo democrático. O termo, que se fortaleceu no campo dos direitos humanos, surge da compreensão de que as transições não ocorrem em geral de maneira espontânea e livre, mas como processos

accountability e na ampliação de instrumentos de defesa dos direitos humanos, instituição de políticas de memória e de iniciativas voltadas para a abertura de arquivos públicos, que levou ao amadurecimento do processo democrático (MEZZARROBA, 2003; QUINALHA, 2012; ATENCIO, 2014; SANGLARD, 2017; MPF, 2018). Contudo, o modo como o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff foi conduzido pode ser interpretado como um marco da série de ocorrências políticas que levariam à reversão desse quadro.

Diante deste cenário, o presente artigo tem como objetivo analisar a virada conservadora no Brasil a partir da perspectiva teórica dos ciclos de memória cultural, proposta por Rebecca Atencio (2014). Tal análise será feita tomando por base as manifestações online de intolerância e a recente onda de ataques a manifestações artísticas consideradas por setores conservadores como “obscenas”. A análise proposta se concentra em três casos que foram alvo de “censura de costumes”: a performance “DNA de DAN”, de Maikon Kempinski, em Brasília, a performance “La Bête”, de Wagner Schwartz, no MAM, em São Paulo, e a exposição “Queermuseu: Cartografias da Diferença na Arte Brasileira”, em Porto Alegre.

A intenção é partir desses casos e da repercussão que tiveram na internet, mais especificamente na rede social *Twitter*, para identificar os gestos de intolerância bem como as manifestações da sociedade civil em defesa da liberdade de expressão e de manifestação artística. A coleta foi realizada utilizando ferramentas de web scraping, que forneceu tweets indexados com as *hashtags*: #342artes, #censuranão, #pedofilianãoéarte, #queermuseu e #somostodosmam. No total coletamos 541 tweets. Esse montante representa a amostra gerada pela própria plataforma.

Pretende-se demonstrar que, para além dos índices convencionais utilizados para identificar recessões democráticas, viradas conservadoras e regressão autoritária, os ciclos de memória cultural e as ondas de intolerância e censura às manifestações artísticas também deveriam ser consideradas como indícios desses momentos de virada.

dependentes de políticas públicas que estimulem a convivência pacífica e respeitosa. Sustentada nos pilares de memória, verdade, justiça e reparação, é também uma prática voltada para a prevenção e remediação de conflitos e das violações deles originárias.

2. Nova ambiência política, virada conservadora e ciclos de memória

Desde o fim da II Guerra Mundial e do grande acordo firmado em prol da Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinada em 1948, o mundo se viu diante do desafio de combater a intolerância, seja ela religiosa, política, racial ou manifestada de outros modos. Ainda assim, a Guerra Fria, as guerras civis insufladas por diferenças étnicas, o genocídio promovido durante o holocausto, a experiência do *apartheid* e dos regimes ditatoriais ainda representavam entraves para tais conquistas e passaram a servir de exemplo do que, em última instância, os gestos de intolerância poderiam levar.

Também como resposta a esses eventos, suas origens e ao que eles ocasionaram, na segunda metade do século XX, a “democracia passou a ser *slogan* adotado universalmente” (SEN, 1999) e, no campo acadêmico, estudada em suas mais diferentes formas de manifestação (SCHUMPETER, 1942; MOORE, 1966; HUNTINGTON, 1991; SEN, 1999; WALLERSTEIN, 2001). A defesa das liberdades civis, dos direitos humanos, da paz e da tolerância, começava a ser entoada em coro pela maioria dos governantes eleitos democraticamente. Segundo Boaventura de Sousa Santos (2016), “o século XX foi efetivamente um período de intensa disputa em torno da questão democrática”. Tal disputa teria se estabelecido a partir de duas questões: na primeira metade do século XX, a discussão se concentrava na desejabilidade da democracia; posteriormente, nas suas condições estruturais.

Segundo Santos (2016), a concepção de democracia liberal foi a que se tornou hegemônica, ainda que outros modelos sempre tenham sido discutidos e praticados, tendo como ideais norteadores a percepção de que a democracia representativa impõe limites, as desigualdades sociais impedem a inclusão e de que existem outros modos de participação, para além do voto (HABERMAS, 1984, 1997; SANTOS, 2002).

É interessante observar como alguns dos índices mais conhecidos dentre os que buscam medir a qualidade da democracia, como os utilizados por *Freedom House* e *The Economist Intelligence* (The EIU), em geral privilegiam a concepção de democracia liberal. Desse modo, baseiam-se na liberdade política e econômica,

levando-os a avaliar como menos democráticas as experiências de regimes que interferiram no livre mercado com a pretensão de reduzir desigualdades.

Focando especificamente os estudos latino-americanos sobre a democracia, Fabrício Pereira da Silva (2017) destaca que entre 1970 e 1980 o debate se concentrou na “transição” democrática, do final dos anos 1980 ao final dos 1990, na “consolidação” democrática, e a partir dos anos 2000, na avaliação da “qualidade” das democracias.

Foi o momento da “consolidação” democrática brasileira que chamou a atenção da pesquisadora Rebecca Atencio (2014) para um aspecto do processo de transição brasileiro: o modo como algumas ações governamentais e institucionais no campo político podiam ser atreladas às ações dos movimentos sociais e de produtores culturais. Ainda que crítica a aspectos da justiça de transição brasileira, Atencio faz uma reflexão eminentemente positiva acerca do que ela chama de ciclo de memória cultural, identificado no Brasil em relação ao modo como o país trabalhou com as memórias do período da ditadura em um momento específico, que vai da criação da Comissão de Anistia, passando pelas conferências do III Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), até a instituição da Comissão Nacional da Verdade (CNV).

Ciente de que o Brasil registrou avanços no processo de justiça de transição, em *accountability* e na ampliação de instrumentos de defesa dos direitos humanos, instituição de políticas de memória e de iniciativas voltadas para a abertura de arquivos públicos entre 1988 e 2014, Atencio (2014) observa que o movimento ocorreu de modo cíclico, e não linear. Ou seja, apesar das importantes conquistas, alguns retrocessos ou avanços tímidos poderiam ser identificados.

A autora usa o termo “ciclos de memória cultural” para nomear o padrão encontrado em circunstâncias sob as quais a produção cultural acerca da ditadura no Brasil se articula a movimentos políticos e de mobilização social. Tais ciclos circunscrevem os momentos em que ela identificou quatro fases das produções culturais brasileiras em relação às iniciativas institucionais: 1) surgimento (quase) simultâneo, seja por coincidência ou propósito; 2) ligação imaginária entre os eventos – quando se identificam relações entre as ações culturais e institucionais; 3)

alavancagem – quando há apropriações de ligações imaginárias no sentido de impulsioná-las; 4) propagação – quando se toma um modelo com fomento a novas iniciativas (ATENCIO, 2014).

A análise da autora aponta que, especialmente a partir dos anos 2000, o Brasil passou a vivenciar um novo ciclo, marcado por políticas públicas e produções culturais que passaram a valorizar as memórias do período autoritário, considerando ser importante lembrar para não repetir. Sob tal perspectiva, para além de observar as questões institucionais, é importante se verificar as relações com a sociedade civil de modo geral e especialmente com os movimentos sociais.

Atencio (2014) identifica uma série de produções culturais, como filmes, séries de TV e exposições que se inserem no que ela chama de ciclo de memória cultural. Um exemplo foi a realização do Festival de Cinema de Brasília, com a exibição do filme *Hoje*, de Tatá Amaral, que, a partir da ficção, reacendeu o tema da ditadura e das reparações aos desaparecidos. Coincidentemente, filme e Comissão Nacional da Verdade foram lançados em simultaneidade e provocaram conexões elaboradas pela sociedade e pela mídia.

Considerando a abordagem de Atencio, nota-se que a identificação das conexões entre política institucional e produções culturais e performances de movimentos sociais representam um potencial analítico pouco explorado nos estudos de comunicação política. Talvez mais significativo do que nos atermos meramente aos índices que medem a qualidade da democracia seja observarmos como a sociedade civil se organiza e provoca ações dos atores políticos e vice-versa. Tais movimentos, em geral pouco considerados na perspectiva dos estudos sobre democracia, podem inclusive antecipar fenômenos sociais que costumam ser ignorados por tais índices ou identificados tardiamente.

Como bem lembra Silva (2017), os estudos sobre a consolidação da democracia trazem implícita uma noção de progresso, e eventualmente de irreversibilidade evolutiva. O que desejamos neste artigo é ressaltar o contrário, ou seja, que assim como já apontado por diversos autores, é também possível identificar viradas conservadoras, rupturas democráticas, “*backsliding*”, novas roupagens autoritárias, ou como queiram chamar.

Pretendemos demonstrar que o ciclo positivo de memória cultural identificado por Atencio (2014) entre os anos 2000 e 2014 provavelmente foi encerrado, dando espaço a um novo ciclo, marcado pelo fortalecimento de grupos de extrema-direita ou “direita alternativa” (*Alt Right*, como vem sendo chamado nos Estados Unidos), pela saída dos direitos humanos da agenda prioritária do governo, pela ruptura de políticas públicas de memória e pela negação do período da ditadura militar e de suas consequências. O novo ciclo que observamos já estar em processo é marcado também pela censura de costumes, repressão a performances culturais, expressões de ódio e atos de intolerância na internet.

É importante ressaltar que grupos conservadores e atos de intolerância, seja na internet ou fora dela, sempre existiram (no Brasil e no mundo). Todavia, a reflexão aqui proposta discute as novas configurações deste ciclo considerando a relação entre os movimentos da sociedade civil e o posicionamento dos representantes políticos.

Analisaremos tais aspectos a partir de três casos emblemáticos envolvendo a produção cultural e as respostas institucionais a eles. Os casos são: a performance “DNA de DAN”, de Maikon Kempinski, em via pública, em Brasília; a performance “La Bête”, de Wagner Schwartz, no MAM, em São Paulo; e a exposição “Queermuseu: Cartografias da Diferença na Arte Brasileira”, no Santander Cultural, em Porto Alegre. Todos os episódios ocorreram no ano de 2017. Pretendemos analisar a repercussão on-line que essas performances instigaram bem como as mobilizações da sociedade civil e o modo como as instituições e os atores políticos reagiram.

O objetivo é demonstrar que enquanto políticas públicas de defesa dos direitos humanos e em prol da memória foram desmobilizadas, simultaneamente surgiram produções culturais embasadas em crítica social que sofreram tentativa de censura e ataques públicos, o que possibilitou o estabelecimento de relações imaginárias, alavancagem e propagação tanto dos atos de censura quanto das reações em defesa da liberdade de expressão. Tais eventos indicam um processo distinto do observado por Atencio, o que pode então caracterizar o novo ciclo como integrante de uma virada conservadora.

Antes, porém, de proceder com a análise, serão empreendidas reflexões sobre a intolerância, o discurso de ódio e a liberdade de expressão.

2. Mobilização política em rede

O uso das plataformas de mídias sociais para manifestações políticas é amplamente investigado por pesquisadores do campo da comunicação e da ciência política (HALABI; ZIMMERMANN; COURANT, 2017; HALUPKA, 2016; HELMOND, 2015; STACHE, 2015; YANG, 2016). As redes passaram a ser estudadas como arenas em que movimentos sociais e grupos políticos organizam suas ações, disputam a atenção de possíveis apoiadores, combatem os argumentos de seus opositores e, em determinadas situações, fazem frente aos *media*. No Brasil, elas vêm sendo utilizadas tanto por ativistas do campo progressista quanto por coletivos de orientação ultraliberal e de extrema direita.

Recentemente, a criminalização dos movimentos sociais junto ao cerceamento da liberdade de expressão e ao sentimento de moralidade crescente têm desencadeado uma série de protestos e censuras às manifestações culturais. Em três episódios arbitrários, artistas foram censurados e julgados moralmente por expressarem suas obras. O primeiro caso que iremos destacar é a instalação de Maikon Kempinski, nomeada de *DNA de Dan*, que consiste em uma dança-instalação inspirada no arquétipo da serpente (Ver foto 1). Durante a performance, o artista permanece nu e imóvel durante três horas, envolto a um ambiente de plástico, enquanto uma substância – que resseca aos poucos – é aplicada sobre seu corpo até secar e formar uma segunda pele. Após essa etapa, as pessoas são convidadas a entrarem nesse espaço ao passo que o artista dança e quebra a segunda pele, lembrando movimentos de uma cobra.

Foto 1: Maikon K. dentro da bolha plástica do projeto "DNA de Dan"



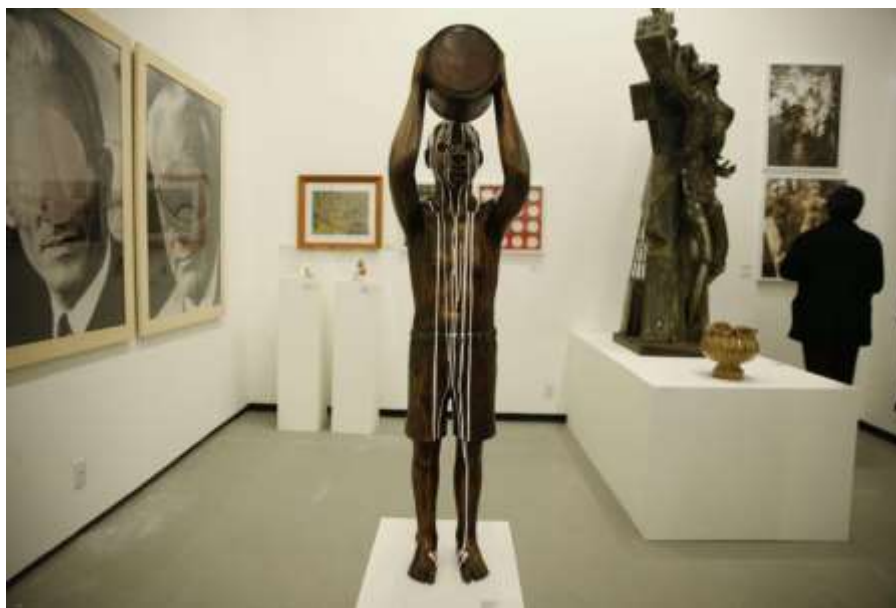
Fonte: Divulgação

A apresentação, que foi idealizada para ser apresentada ao ar livre, estreou em Curitiba em 2012. Em 2015, *DNA de DAN* integrou a mostra *Oito Performances*, dentro da exposição *Terra Comunal*, no Sesc Pompeia (SP). Em 2016, circulou por cidades brasileiras com incentivo do Prêmio Funarte de Dança Klaus Vianna 2014 e por meio do circuito Palco Giratório do SESC. Já em julho de 2017, enquanto apresentava *DNA de Dan* em frente ao Museu Nacional da República em Brasília, Kempinski foi surpreendido por policiais militares que o impediram de dar continuidade à performance. Detido sob justificativa de praticar “ato obsceno”, o artista foi levado à delegacia e autuado. Antes de chegar a Brasília, a obra já havia sido apresentada sem problemas em diferentes cidades brasileiras, como Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre e Campina Grande.

O segundo episódio de censura a manifestações culturais que vamos explorar é a exposição *Queermuseu: Cartografias da Diferença na Arte Brasileira*, que foi cercada de polêmica após seu fechamento às pressas. Durante a exposição no Santander Cultural, em Porto Alegre, em setembro de 2017, a mostra recebeu duras

críticas de grupos conservadores que viram nas obras apologia a pedofilia, zoofilia e blasfêmia, levando ao encerramento precoce da exposição.

Foto 2 – Exposição *Queermuseu* no Parque Lage no Rio de Janeiro



Fonte: Tomaz Silva para Agência Brasil

A exposição em questão apresenta 264 obras de 82 artistas e foi a primeira curadoria sobre a temática *queer* no Brasil e na América Latina. Nos anos 20, a palavra *queer* – que significa estranho, esquisito, excêntrico, fora da norma – começou a ser usada nos Estados Unidos de forma pejorativa para designar pessoas homossexuais. Na atualidade, o termo foi ressignificado e incorporado pela comunidade LGBTQI+ como símbolo de identificação popular e teorizado por pesquisadores como Judith Butler.

Após o episódio de censura e encerramento antecipado da exposição em Porto Alegre, a curadoria da mostra chegou a negociar com o Museu de Arte do Rio (MAR), que é ligado à prefeitura, mas foi vetada pelo prefeito Marcelo Crivella (PRB). Tempos depois, o Parque Lage - sob tutela da Escola de Artes Visuais - sediou a exposição na cidade, após *crowdfunding* que arrecadou mais de R\$1 milhão em doações da sociedade civil e possibilitou a reforma necessária para o espaço receber a exposição.

Um dos grupos que lideraram os protestos contra a exposição foi o Movimento Brasil Livre (MBL). Se faz necessário localizar o grupo em um conjunto de *think tanks* que pregam o ultraliberalismo econômico e o conservadorismo moral e que ganharam ampla visibilidade após as manifestações de junho de 2013 no Brasil. Em entrevista⁶, o líder do movimento afirmou que o protesto e boicote contra Queermuseu se justificava pelo mau uso do dinheiro público (Ver Figura 3), já que a mostra foi financiada pela Lei Rouanet de incentivo à cultura, e não por demandas morais. No episódio de boicote ao *Queermuseu*, o grupo - que se diz liberal - usou argumentos morais acusando as obras de ofenderem a fé cristã e fazerem apologia à pedofilia e à zoofilia.

Figura 3 - Tweet do Movimento Brasil Livre



Fonte: Twitter

O último caso que iremos abordar é a performance *La Bête*, do coreógrafo Wagner Schwartz. A apresentação começa com o artista nu em um tatame, enquanto o público é convidado a observar e interagir com seu corpo para alterar sua posição. A performance faz referência à série *Bichos*, de Lygia Clark, que é feita com objetos articulados que permitem a manipulação do público.

Foto 4 - Performance *La Bête* no Museu de Arte Moderna (MAM) em São Paulo

⁶ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45191250>



Fonte: Divulgação

A polêmica que envolve *La Bête* se iniciou após a apresentação única no MAM de São Paulo, em setembro de 2017. Na ocasião, foi gravado um vídeo de um momento da performance, no qual uma menina – que estava acompanhada da mãe – interage tocando a canela e os pés do artista enquanto ele estava de barriga para cima, com a genitália à mostra. O vídeo viralizou nas redes sociais e, em busca de holofotes, setores da sociedade civil, atores políticos e líderes religiosos se posicionaram condenando o museu e o artista.

Conduzidos pelas lideranças religiosas, em sua maioria ligada a igrejas evangélicas neopentecostais, os protestos contra a performance se fazem presentes na internet até hoje, já que imagens de Schwartz são constantemente utilizadas por grupos conservadores como argumento para reivindicações diversas (ver figura 5). Nessas postagens, a sociedade civil coloca a manifestação artística como espantinho de problemáticas reais, fazendo alusão à pedofilia, e atribui aos movimentos artísticos a chaga de representar “expressões demonizadas” pertencentes à esquerda política.

Figura 5 – Foto da performance *La Bête* utilizada como argumento a favor da obrigatoriedade de cantar o hino nacional nas escolas públicas



Fonte: Twitter

Ambas exposições incitaram disputas narrativas nas redes sociais. Quem defende os movimentos artísticos argumenta a favor da liberdade de expressão e da criação de mostras culturais. Do outro lado, há repreensão das performances e gestos de intolerância.

3. Configurações das plataformas on-line e intolerâncias

Recorremos à esfera pública formada nos ambientes digitais, bem como ao uso do *Big Data*, como possibilidade de coleta de dados representativos das relações sociais, políticas e culturais contemporâneas. É um equívoco considerar as plataformas como um ciber mundo deslocado de nossas experiências, visto que são parte deste mundo social, e as relações ali travadas são parte de nós. Segundo Vincent Mosco (2004), que discorre sobre o mito do ciberespaço e seu poder transformativo, é necessário considerar a historicidade, o contexto da economia política e a construção discursiva em torno desses mitos antes de tratá-los, erroneamente, como interrupções do sistema vigente.

Identificar a intolerância nas interações não é novidade das pautas contemporâneas, muito menos das discussões nas esferas on-line. Porém, no presente artigo, a reflexão trazida faz referência às novas configurações deste ciclo de *backsliding*, em que as intolerâncias dos grupos conservadores têm repercutido

de forma direta nas políticas institucionais, como no caso de movimentos de censura à arte. Conforme já mencionado, o movimento de ascensão da “direita alternativa”, atualmente, roteiriza as agendas dos governos no poder. E, para além deste papel, o conservadorismo tem ganhado cada vez mais corpo nas discussões da esfera íntima, ou privada.

A própria organização que as plataformas oferecem já revela um viés ao se considerar o objeto de análise. As *hashtags* do *Twitter* proporcionam um caminho de categorização das manifestações nos eventos analisados, por exemplo. Quando se trata de discussões políticas na internet, é essencial considerar as particularidades técnicas das plataformas, para que haja a compreensão de como as pessoas lidam com casos de incivildade e desacordo nesses ambientes (ROSSINI, 2017, p.191).

Segundo James L. Gibson (2013), a intolerância, falta de disposição para tolerar ideias de grupos desagradáveis, tem se tornado um marco da investigação sobre as orientações democráticas dos cidadãos ao redor do mundo. A não aceitação das diferenças, o não reconhecimento dos direitos do outro, e, até mesmo, a negação da existência do outro, configuram-se como atos intolerantes. Em contrapartida, o conceito de tolerância, que, por muitas vezes é visto como o ponto máximo do respeito, para Jürgen Habermas (2003), traz consigo a implícita reprovação das convicções dos outros. “Em outras palavras, só podemos falar de tolerância se as partes envolvidas basearem sua rejeição em um conflito cognitivo entre crenças e atitudes que persiste por boas razões” (HABERMAS, 2003, p.3, tradução nossa).

Rainer Forst (2009) se refere ao valor político atribuído ao termo tolerância, quando se assiste, nas interações sociais, o tratamento do outro sempre como o intolerante. Desta forma, para o filósofo e teórico político alemão, existem duas verdades, mas só uma funciona. Assim se dá o paradoxo da intolerância: existem duas verdades, mas um não aceita a do outro (FORST, 2013).

No presente trabalho, busca-se discutir os valores políticos que estão por trás das intolerâncias propagadas pelos grupos conservadores. Cabe aqui ressaltar que há casos em que os progressistas também se comportam enquanto propagadores de intolerância, ao revelarem atitudes que contrariam a convivência pacífica com as

diferenças⁷. Porém, o foco do artigo é considerar as intolerâncias dos grupos conservadores, que levaram a consequências reais de censura. Entre as intolerâncias encontradas na análise (que será detalhada adiante), podemos observar: intolerância à liberdade do corpo (ao nu); intolerância à liberdade sexual; intolerância à arte (manifestações artísticas); intolerância à liberdade de educação das crianças e intolerância à livre manifestação e expressão. Nos casos analisados, vemos, por parte dos artistas e militantes sociais, a defesa das liberdades, e o receio de como essa censura interfere nas configurações políticas.

Segundo Rossini (2017), para se compreender os meandros das discussões políticas online, é fundamental traçar a diferença entre o comportamento nocivo à democracia e o comportamento rude na internet. A autora, ao mapear a possível contribuição dos espaços conversacionais da internet em promover discussões políticas, distingue a incivildade de formas de intolerância política. De acordo com sua perspectiva, o conceito de intolerância política está alinhado à noção de respeito moral (GUTMANN & THOMPSON, 1996; HONNETH, 2003; MAIA & REZENDE, 2016), já que classifica

comportamentos como ataques às liberdades individuais e de grupos, discriminação racial, regional, sexual ou de gênero, uso de estereótipos para agredir pessoas e/ou grupos e incitação à violência - atitudes que são moralmente condenáveis em uma democracia. (ROSSINI, 2017, p.67)

Originado do termo inglês *hate speech*, o discurso de ódio, no presente artigo, é visto como uma das categorias de intolerância. As expressões não são sinônimas, pois, de acordo com Marco Aurelio Moura dos Santos (2016), o discurso de ódio insulta, intimida ou assedia pessoas em razão de sua raça, cor, etnicidade,

⁷ “Por mais importantes que sejam os vários clamores por tolerância e audácia cívica, deve-se também ser aqui cuidadoso, por exemplo, quando se ouvem apelos por ‘tolerância para com aqueles que pensam e enxergam diferente’. Pois se deve lembrar que falar de tolerância só faz sentido onde existe uma objeção normativa contra certas crenças ou práticas. Esse pode ser o caso de pessoas que pensam diferente de nós de um modo eticamente relevante. Mas está longe de estar claro quais espécies de razões seriam capazes de levar a uma objeção contra alguém ‘aparentemente’ diferente. Atitudes desse tipo — contra negros, por exemplo — podem estar, ao contrário, baseadas em preconceitos raciais e não em qualquer razão sequer minimamente ‘razoável’. Mas então requerer a essas pessoas que sejam ‘tolerantes’ corre o risco de declarar que seus preconceitos sejam juízos éticos legítimos ou, ao menos, razoavelmente possíveis. Para se evitar isso, não se deve ambicionar tolerância nesse caso, mas uma dissolução de tais preconceitos, o desenvolvimento de um respeito básico” (FORST, 2009, p.29)

nacionalidade, sexo ou religião. Em termos jurídicos, o discurso de ódio é destinado, em especial, a grupos vulneráveis.

Em nome da moral, da manutenção das tradições e da proteção da família, grupos conservadores brasileiros lutam contra toda e qualquer forma de aparente ameaça ao *status quo*, havendo instituições que se empenham na preservação da situação social já instaurada, conforme descreve Jessé Souza (2017).

Seja quando é colocado na agenda o casamento homoafetivo, seja quando a pauta é proposta por mulheres feministas ou por quaisquer outros movimentos em prol da desconstrução e formatação do sistema, haverá grupos que os consideram uma ameaça. Nos casos analisados, a conjuntura não é diferente. Assistimos a expressões de intolerância em relação às performances artísticas nas plataformas de mídias sociais. Os valores políticos implícitos a essas expressões de intolerância nos dizem sobre este momento de virada conservadora no qual o país passa.

Apesar de vivenciarmos um momento de *backsliding*, que põe em xeque determinados princípios democráticos, formalmente, ainda se vive em uma democracia (DRESDEN, HOWARD, 2015; LEVITSKY, 2018).

Ao serem proferidas no contexto atual, regido pela forma de governo democrático, as intolerâncias são comumente justificadas pelos fundamentos da liberdade de expressão. Regiane Garcêz e Danila Cal (2013), a partir da discussão sobre a centralidade da visibilidade na cena midiática, relatam a inquietude de Anna Galeotti (2002) em relação à espontaneidade da interação social somada ao discurso da liberdade de expressão, quando passam a ser utilizados como explicação para as origens das ofensas públicas, bem como para suas possíveis aceitações. “A preocupação de Galeotti é com os possíveis limites da liberdade de expressão numa sociedade liberal com intervenção mínima do Estado” (GARCÊZ, CAL, 2013, p.4).

É fato que a democracia liberal é pautada, sobretudo, pela defesa dos atos comunicativos, porém, de acordo com a Declaração de Princípios sobre a Tolerância, aprovada pela Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 1995), a tolerância não deve, em nenhuma hipótese, ser invocada para justificar lesões ao reconhecimento dos

direitos universais da pessoa humana. “Em consonância ao respeito dos direitos humanos, praticar a tolerância não significa tolerar a injustiça social, nem renunciar às próprias convicções, nem fazer concessões a respeito” (UNESCO 1995, p.12).

Luiz Ismael Pereira e Camilo Onoda Caldas (2017) afirmam que a defesa da legalidade da liberdade de expressão atrelada à disseminação de intolerâncias não faz sentido ao analisarmos determinados casos, já que o ataque aos déficits democráticos não são protegidos pelo discurso da tolerância. Desse modo, os autores diferenciam liberdade de expressão da expressão intolerante.

4. *Hashtags* e disputas por repertórios

Como arena desses embates temos as plataformas de mídias digitais, que serviram de terreno para as disputas travadas pelos grupos em questão. Com o objetivo de identificar a repercussão online dessas manifestações artísticas, mapeamos *hashtags*⁸ no *Twitter*, que identificam gestos de intolerância e desrespeito bem como respostas em defesa da liberdade de expressão e de manifestação artística.

Diante de um esforço preliminar, foram mapeadas as seguintes *hashtags*: #342artes, #censuranão, #pedofilianãoéarte, #queermuseu e #somostodosmam. Essas *hashtags* indexam parte da conversação incitada pelas performances apresentadas anteriormente. Mapear e pesquisar esse tipo de discussão se mostra interessante pelo potencial mobilizador, mas também – e principalmente – pela possibilidade de apreender a interação fora da “bolha” de contato dos usuários, que muitas vezes são “levados – por algoritmos e por nossa própria preferência pelos que pensam de forma semelhante – para dentro de ‘filtros bolha’, onde encontramos apenas as notícias que esperamos encontrar e as perspectivas políticas que já nos são caras” (GILLESPIE, 2018, p.114), ou seja, a conversação gerada pelas *hashtags* incita o confronto de ideias e trocas argumentativas, uma vez que permite a interação entre usuários fora de sua redes de contatos convencionais.

⁸ Indexadas pelo símbolo #, as *hashtags* funcionam como conversa pesquisável acrescidas de palavras-chaves.

Para mapear a disputa de repertórios entre os grupos, selecionamos as *hashtags* citadas e fizemos co-ocorrências com palavras-chaves, com recorte temporal de julho a outubro de 2017, que é a época em que ocorreram os principais gestos de censura às manifestações. Dessa forma, o corpus correspondeu às seguintes coletas no buscador do Twitter: (1) #342artes; (2) #342artes + pedofilia; (3) #censuranao; (4) #censuranao + arte; (5) #somostodosmam; (6) #queermuseu; (7) #pedofilianaoearte; (8) dna de dan. Ao todo foram coletados 541 tweets.

A coleta seguiu os métodos de *webscraping*⁹ e foi permeada pelo próprio filtro do *Twitter*. Dessa forma, a plataforma libera apenas uma amostra do que foi dito acerca dos temas. Os dados obtidos respeitam os parâmetros de busca da rede. Em outras palavras, não sabemos os requisitos adotados pela plataforma ao selecionar os *tweets* que foram coletados. O *Twitter* nos apresenta os dados que queremos que vejamos, selecionando *tweets* por nível de engajamento, contas de atores sociais, maior número de *retweets*, ou até um combinado de todos os fatores. Dessa forma, cabe salientar que a pesquisa não tem pretensão de analisar o todo, mas sim refletir e identificar como algumas frações da sociedade civil se expressaram e qual é a relação dessas manifestações com o atual momento político.

Uma das *hashtags* identificadas em sua relação com os episódios pesquisados foi a “342 artes” (#342artes), que se trata de uma campanha promovida por um grupo de artistas brasileiros em prol da liberdade de expressão e em oposição a grupos conservadores que trabalham para criminalizar e censurar manifestações artísticas. O movimento surgiu em protesto às manifestações de intolerância e boicote às performances exploradas neste artigo. As manifestações em prol da campanha, em muitos casos, fazem co-ocorrência com outras *hashtags* do corpus como “censura não” (#censuranao), “somos todos MAM” (#somostodosmam) e “queermuseu” (#queermuseu).

Figura 2 – Exemplo de criminalização da performance artística *Le Bête* indexando a #342artes

⁹ Atua por um script que permite baixar e copiar automaticamente os dados de uma página da web.



Fonte: Twitter

Como contra-movimento de relevância nas manifestações sobre liberdade de expressão, um ponto que chama atenção da análise é a criminalização da cultura. Esse fato pode ser compreendido a partir do que a pesquisadora Pippa Norris e Ronald Inglehart (2019) chama de *Cultural Backlash*. O termo é empregado para designar atitudes reacionárias contra movimentos culturais e justiça de transição social.

A tese *Cultural Backlash* sugere que o avanço conservador não pode ser explicado apenas como um fenômeno econômico, como algumas teorias apontam. Em grande parte, as democracias só conseguiram avançar com mudanças culturais e sociais. Por outro lado, sempre houve grupos conservadores que se sentiam ameaçados com as novas normas morais. O que mudou foi que, recentemente, o mundo experimentou a ascensão de grupos conservadores que antes ficavam em silêncio (NORRIS; INGLEHART, 2018) ou não encontravam ressonância ao seu radicalismo, como é o caso de setores militares no Brasil em relação ao apoio ao golpe de 1964 e à ditadura e do MBL, que foi importante ator na difamação e criminalização das manifestações culturais.

A tese *Cultural Backlash* sugere que grupos políticos conservadores ganham força política quando ciclos de mudanças culturais progressistas coincidem a momentos de instabilidade econômica. Esse seria o terreno ideal para o surgimento de líderes populistas autoritários (NORRIS; INGLEHART, 2019), como aconteceu no

Brasil e em outros países. Esse argumento se sustenta por meio da teoria da "revolução silenciosa". Vozes e posicionamentos contra-revolucionárias sempre existiram, mas os avanços culturais no campo progressistas, junto à recessão econômica, são fatores que incitaram a aglomeração deles enquanto grupo político. Tanto o MBL, como outros grupos conservadores, se apresentam - depois dos protestos de junho de 2013 - com grande força política, no mesmo momento em que o país vivia avanços democráticos e a iminência da crise econômica.

Figura 3 - Tweet da página oficial do MBL



Fonte: Twitter

Com leituras equivocadas, grupos conservadores se mobilizaram com expressões de intolerância nas redes sociais. Dentro das manifestações que analisamos, a intolerância à liberdade do corpo (nu) é vista sem as devidas reflexões. Qual nu incomoda a população? A performance de Wagner Schwartz e Maikon Kempinsk foram condenadas por trazerem um corpo masculino despido, entretanto, a denúncia tem fundo moral. As acusações ligam a nudez à pedofilia, como se o corpo, por si só, já fosse em essência erotizado, como demonstram os tweets abaixo:

#PedofiliaNaoEArte gente nao mete criança quando se trata de "nu artístico", isso e doente. Se quer uma arte assim que seja de adultos (29 de set de 2017)

Nu ele pode ficar. O que não pode. ENTENDA não pode NÃO PODE é erotizar, envolver CRIANÇA isso é crime seu falastrão. #PedofiliaNaoEArte (30 de set de 2017)

depravados, artistas nojentos, quer ver a rola do cara vai p um lugar fechado -passo eu e outra menina perto- tarados e TARADAS, VADIAS, ARTISTAS DE MERDA, DESTROEM A MORAL DAS CRIANÇAS #DNADEDAN (14 de out de 2017)

A intolerância à liberdade de educação das crianças, por exemplo, carrega consigo princípios conservadores que dizem respeito às limitações cada vez mais patentes ao pluralismo de ideias, ao convívio com as diferenças, à livre manifestação criativa das crianças e à educação sexual nas escolas, pautas defendidas por governos de esquerda. No caso da performance “La Bête”, de Wagner Schwartz, por exemplo, o problema não era especificamente o fato de a menina tocar o artista. Por trás dessa questão, está o pensamento que considera o corpo humano nu como um tabu. A sexualização do corpo explícita nas relações humanas torna complicado o afastamento do que é nu para o que é erótico. O ambiente online, dessa forma, passa a ser uma arena de disputa política, onde diferentes grupos se organizam e estabelecem suas agendas, com defesas morais e, por vezes, supérfluas e desprovidas de justificção.

1997:Filha não fale com estranhos na rua e nem deixe que encoste em vc.
2017:Filha,toca naquele cara pelado e desconhecido #PedofiliaNaoEArte (11 de set de 2017)

Ser de esquerda é achar um absurdo sua filha brincar de boneca e de casinha mas achar normal brincar com homem nu. #PedofiliaNaoEArte (29 de set de 2017)

Elisabete Finger tem que perder a guarda da filha pra ontem, bem como tds pais que levarem crianças pra essa NOJEIRA!!! #PedofiliaNaoEArte (30 de set de 2017)

A intolerância à liberdade sexual não é explícita, mas, pela amostra de *tweets* analisada, fica evidente que os grupos conservadores escondem o preconceito de gênero sob a justificativa da "preocupação social". O boicote ao Queermuseu e às manifestações de apoio nas redes sociais apontam que grupos conservadores se sentem ameaçados por avanços referentes à liberdade sexual. O boicote ao

Queermuseu se justificava sobre dúvidas orçamentárias e sobre ter sido financiado com recursos da Lei Rouanet. Entretanto, os *tweets* mostram que preconceito e intolerância estavam no seio das manifestações:

LEVEM A EXPOSIÇÃO QUEERMUSEU PARA O PROJAC LA É LUGAR DE VIADO MACONHEIROS NA CIDADE DO RJ NÃO PARA ACESSO DE CRIANÇAS (4 de out de 2017).

A enxurrada de ataques sofridos pelos artistas parte da percepção que a sociedade tem do que é arte e do que é pedofilia.

#SomosTodosMAM uma ova! Arte não é cheque em branco para promover crimes, muito menos c/dinheiro público #PedofiliaNaoEArte #pedofiliaecrime (30 de set de 2017).

#queermuseu no Rio não! Não queremos lixo! Queremos arte de verdade! E não crime! (4 de out de 2017).

#342Artes não entendo essa #..só um bando de maconheiros sem emprego apoiando pedofilia e achando q mostrar a manjuba p uma criança é normal (7 de out de 2017).

Também foi verificada menções à fé e defesa de valores morais como forma de criminalizar algumas manifestações artísticas. No *tweet* abaixo é possível identificar tal tom.

Pedofilia e crime, não é questão de liberdade de expressão e questão de ser imoral e PERTUBADOR , Além de OFENDER a fé. #queermuseu (4 de out de 2017).

Simultaneamente à observação da crescente onda de intolerâncias em relação aos casos analisados, também assistimos grupos que se mobilizaram em prol das manifestações artísticas. Por meio da busca pelas *hashtags* “342artes”, “censura não”, “somos todos mam” e “queermuseu”, encontramos declarações desses grupos¹⁰, que se apresentaram enquanto apoiadores da liberdade artística:

A cultura nao será calada e rao pouco cegada. #naoACensura #342artes #censuranao #DomingoDetremuraSDV (8 de out de 2017).

¹⁰ É importante lembrar que não são encontradas apenas manifestações de grupos progressistas nas *hashtags* em questão. Conforme já exposto, os grupos conservadores também se apropriaram dessas *hashtags*.

Pela liberdade artística, censura nunca mais! O MBL e políticos mentirosos querem dizer o que pode! #342Artes #CensuraNuncaMais #DifamaçãoNão (7 de out de 2017).

Orgulho das centenas de pessoas que foram/estão no ato pela diversidade artística, agora, em frente ao Santander de P. Alegre #QUEERMUSEU (12 de set de 2017).

Houve também manifestações de receio em relação à maneira como esses casos de censura poderiam interferir nas configurações políticas oficiais:

Estou preocupado com as recentes manifestações contra expressões artísticas e o crescimento do conservadorismo no Brasil. #SomosTodosMAM (1 de out de 2017)

Não voltaremos para a Idade Média por causa de meia dúzia de ignorantes. A arte resistirá! #CensuraNÃO pic.twitter.com/kxuFASeS1m (29 de set de 2017)

Um moralismo oportunista tenta contaminar o Brasil. Saímos em defesa da arte e por uma sociedade consciente! #CensuraNuncaMais #342artes (11 de out de 2017)

Em tempos de golpe, a censura, intolerância à diversidade, o preconceito e a queda da democracia sempre crescem. #QueerMuseu (11 de set de 2017)

E de defensores da relação existente entre a arte e a libertação, o estímulo ao pensamento crítico e à reflexão.

Arte jamais pode ser crime: arte promove a libertação das pessoas, enquanto o crime as degrada. #342Artes #ContraACensura #CensuraNuncaMais (7 de out de 2017)

Museus são espaços de diálogo, de diversidade, de reflexão. A arte não pode ser criminalizada! #342Artes #CensuraNuncaMais (8 de out de 2017)

Olhar para as expressões intolerantes acerca de questões sociais e culturais e para as reações a elas nos permite refletir sobre a ascensão de grupos conservadores e autoritários na sociedade, ao mesmo tempo em que se observa a disposição das plataformas para o confronto de pontos de vista. A fala do prefeito do Rio, Marcelo Crivella - “só se for no fundo do mar”, fazendo alusão ao seu gesto autocrático de impedir a realização do Queermuseu no MAR - aliás é sintomática do autoritarismo naturalizado. A reação de outros atores políticos nessa mesma linha, somadas às manifestações da sociedade civil e à perspectiva dos ciclos de memória

cultural, nos revela meandros do momento de virada conservadora ao qual passa o país.

Conclusão

O artigo buscou indicar que a perspectiva dos ciclos de memória cultural podem ser aplicadas aos estudos de comunicação política na tentativa de compreender momentos de recessão democrática. Pretendeu-se demonstrar que, para além dos questionáveis índices que medem a qualidade da democracia, é possível estudar e entender alguns aspectos das conquistas e dos retrocessos democráticos a partir de outros prismas, que consideram preponderantemente os movimentos da sociedade civil e as relações entre eles e as reações políticas institucionais, seja por meio de políticas públicas, seja por meio da postura dos atores políticos.

Tal fenômeno foi analisado a partir da seleção de três episódios emblemáticos ocorridos em 2017 e que envolveram censura a manifestações artísticas amparadas ou questionadas pelo Estado (por meio de ações policiais, ações judiciais, manifestação de representantes dos poderes Executivo e Legislativo). Tais episódios envolveram as manifestações artísticas DNA de DAN, Queermuseu e La Bête. Elas ocorreram em momento quase simultâneo, foram alvo de gestos de intolerância na internet e fomentaram o debate sobre conservadorismo, censura e liberdade de expressão, estimulando também o surgimento de um contramovimento em defesa da arte.

Para coletar dados que permitissem tal análise, a pesquisa se concentrou no período de ápice dos episódios (entre julho e outubro de 2017) e nas conversações realizadas na rede social *Twitter*.

É fundamental ter ciência das configurações das plataformas para se empreender análises mais complexas e não inocentes dos objetos de estudo. As intolerâncias registradas como reações às manifestações artísticas, bem como as defesas da liberdade artística, podem ter sido beneficiadas pela estruturação do *Twitter* enquanto arena de disputa de concepções, opiniões e crenças. Como

exemplo, temos o uso das *hashtags*. Por meio das *affordances*¹¹, vemos diferentes pontos de vista se apropriando da mesma *hashtag*. Nos casos analisados, a *hashtag* “342artes” foi e continua sendo usada por ambos: grupos progressistas e conservadores para indexar opiniões e posicionamentos acerca do tema.

O surgimento simultâneo de pautas políticas conservadoras e de movimentos civis que criminalizam a arte nos leva à assimilação de que pode estar se constituindo um novo ciclo de memória cultural, que vai na contramão do ciclo anterior identificado e teorizado por Atencio (2014). Primeiro, a ligação imaginária entre tais eventos (pautas políticas que deixam de privilegiar os direitos humanos e movimentos sociais conservadores), depois, a onda de contestação às performances em outras cidades, bem como a denúncia dos discursos intolerantes e a defesa da liberdade de expressão dos artistas, o que se estabelece como a alavancagem descrita pela autora. Em última instância, no momento em que os atores políticos começam a agir para evitar previamente a realização dessas apresentações, como foi o caso de Marcelo Crivella¹², que cancelou a exposição Queermuseu que seria realizada no MAR, tem-se a chamada propagação, quando se estimula e replica o mesmo tipo de iniciativa. As agressões contra os artistas, a tentativa de criminalização e o protagonismo dos espaços que sediaram tais manifestações artísticas nas plataformas de mídias sociais também são percebidos na fase da propagação, que inspirou os movimentos “342 artes” e “censura não”.

Desse modo, as características do ciclo se fizeram presentes em relação aos episódios e ao momento político estudado. Todavia, demonstram que não mais integrando um ciclo de conquistas democráticas e de relação positiva entre políticas públicas em prol da memória e dos direitos humanos conjugadas com movimentos da sociedade civil. O ciclo identificado se revelou como indicador de rupturas com algumas dessas conquistas e como estímulo para a criminalização de manifestações artísticas que contrariam os anseios de grupos políticos conservadores.

¹¹ As *affordances*, segundo Norman (1988 apud Bucher & Helmond, 2018), dizem respeito, principalmente, àquelas propriedades fundamentais que determinam como algo poderia ser usado.

¹² Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/10/1924045-museu-de-arte-do-rio-nao-vai-receber-queermuseu-por-pedido-do-prefeito.shtml>>

Referências

- ANISTIA INTERNACIONAL. *Informe 2017/18: O estado dos Direitos Humanos no mundo*, 2018. Disponível em: <<https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2018/02/informe2017-18-online1.pdf>>. Acesso em 10 dez. 2018.
- ATENCIO, Rebecca. *Memory's Turn: reckoning with dictatorship in Brazil*. Madison, Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 2014.
- BUCHER, T., & HELMOND, A. The Affordances of Social Media Platforms. In: J. BURGESS, A. MARWICK, & T. Poell (Eds.), *The SAGE Handbook of Social Media* (p. 233–253). Sage Publications, 2018.
- DIAMOND, Larry. Facing Up to the Democratic Recession. *Journal of Democracy*, vol. 26, n. 1, jan. 2015, p. 141-155.
- DRESDEN, Jennifer. HOWARD, Marc. Authoritarian Backsliding and the Concentration of Political Power. *Democratization*, 2015, p. 1-26.
- FORST, Rainer. Os limites da tolerância. Tradução de Mauro Victória Soares. *Novos Estudos-CEBRAP*, nº. 84, pp. 15-29, 2009.
- FORST, Rainer. *Tolerance in Conflict: Past and Present*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- GARCÊZ, Regiane ; CAL, Danila . Deslizes morais na cena midiática: reprodução da intolerância ou oportunidade para novas gramáticas morais?. *E-Compós (Brasília)* , v. 16, p. 1-17, 2013.
- GIBSON, J. L. Political intolerance in the context of democratic theory. In R.E. Goodin (Ed.), *The Oxford Handbook of Political Science*. Data de publicação online: setembro, 2013. DOI: 10.1093/oxfordhb/9780199604456.013.0021
- GILLESPIE, T. A relevância dos algoritmos. *Parágrafo*, v. 6, n. 1, p. 95–121, 2018.
- HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia*. vol. II. São Paulo: Tempo Brasileiro, 1997.
- HABERMAS, Jürgen. Intolerance and Discrimination. I. CON., Oxford University Press and New York University School of Law, v. 1, n. 1, 2003, pp. 02-12.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural na Esfera Pública*. São Paulo: Tempo Brasileiro, 1984.
- HALABI, A.; ZIMMERMANN, B.; COURANT, M. Conflict in a digital place. *First Monday*, v. 22, n. 12, 2017.
- HALUPKA, M. The rise of information activism: how to bridge dualisms and reconceptualise political participation. *Information Communication and Society*, v. 19, n. 10, p. 1487–1503, 2016.
- HELMOND, A. The Platformization of the Web: Making Web Data Platform Ready. *Social Media and Society*, v.1, n. 2, 2015.

HUNTINGTON, Samuel P. *Political order in changing societies*. New Haven: Yale University Press, 1969.

LEVITSKY, Steven. ZIBBLATT, Daniel. *How Democracies Die?* New York: Crown Publishing, 2018.

MOORE, Barrington. *Social origins of dictatorship and democracy: Lord and Peasant in the making of the modern world*. Boston: Beacon, 1966.

MOSCO, Vincent. *The Digital Sublime: Myth, Power, and Cyberspace*. Cambridge/London: The MIT Press, 2004.

MOUNK, Yasha. *The People vs. Democracy: Why Our Freedom is in Danger and How to Save It*. Cambridge, Massachusetts; London, England: Harvard University Press, 2018.

NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. *Cultural Backlash and the Rise of Populism: Trump, Brexit, and Authoritarian Populism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

PARKS, M. R. Big Data in Communication Research: Its Contents and Discontents. *Journal of Communication*, 64, 355-360, 2014

PEREIRA, Luiz Ismael; CALDAS, Camilo Onoda Luiz. O fenômeno Shitstorm: Internet, intolerância e violação de direitos humanos. *Revista Interfaces Científicas - Humanas e Sociais*, Aracaju, v.6, n.1, p. 123 – 134, jun. 2017.

ROGERS, Richard. O fim do virtual: os métodos digitais. *Lumina*, 2016, v.10, n.3, p.1-34.

ROSSINI, P. G. C. *Conversação Política, Incivildade e Intolerância em Ambientes Digitais*. 2017. 221 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

RUNCIMAN, David. *How Democracies End*. New York: Basic Books, 2018.

SCHUMPETER, Joseph. *Capitalism, socialism, and democracy*. New York, London: Harper & Brothers, 1942.

SANTOS, M. A. dos. Cartografia das Redes da Revolta : fluxos políticos de oposição radical no Facebook. *Revista Contemporânea*, v. 12, n. 2, p. 106–120, 2014.

SANTOS, Marco Aurelio Moura dos. *O Discurso do Ódio em Redes Sociais*. 1. Ed. São Paulo: Lura Editorial. 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A difícil democracia: reinventar as esquerdas*. São Paulo: Boitempo, 2016.

SEN, Amartya. Democracy as a universal value. *Journal of Democracy*, v.10, n.3, 1999.

SOUZA, Jessé. *A Elite do Atraso: Da escravidão à lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

STACHE, L. C. Advocacy and political potential at the convergence of hashtag activism and commerce. *Feminist Media Studies*, v. 15, n. 1, p. 162–164, 2015.

TÓTH, Gabor. The Authoritarian's New Clothes: Tendencies Away from Constitutional Democracy. *The Foundation for Law, Justice and Society*, 2017. Disponível em: <http://www.fljs.org/sites/www.fljs.org/files/publications/The%20Authoritarians%20New%20Clothes.pdf>

UNESCO, Declaração de Princípios sobre a Tolerância, <https://unesdoc.unesco.org> [site da internet]. Junho de 1997. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000131524>.

YANG, G. Narrative Agency in Hashtag Activism: The Case of #BlackLivesMatter. *Media and Communication*, v. 4, n. 4, p. 13, 2016.

WALLERSTEIN, Immanuel. Democracy, capitalism and transformation. In: *Documenta 11*, Viena, 16 mar. 2001.